

**NOME: DIONÍSIO TAVARES DE ALMEIDA**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA - UNILAB**

**GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LICENCIANDO EM PEDAGOGIA  
PELA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA - UNILAB**

**BRASIL/2020**

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: OLHARES SOBRE A “SAÚDE FINANCEIRA” DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NA CIDADE DE REDENÇÃO-CE.

DIONÍSIO TAVARES DE ALMEIDA<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal de analisar como os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) da cidade de Redenção no Ceará fazem uso dos recursos financeiros e, se a educação vem exercendo algum papel para tal fim. O estudo se caracteriza quati-qualitativo, já que além de considerar vários documentos, também utilizamos a coleta de informações com beneficiários direto do Programa Bolsa Família (PBF). Revela, portanto, que a educação é fator essencial para a “saúde” financeira, independente da classe social, destacando os beneficiários do PBF já que conforme análise dos resultados a não utilização de atributos educativos sobre o uso dos recursos parece contribuir para o endividamento dos envolvidos e, conseqüentemente, para elevação do endividamento social.

**Palavras-chave:** saúde financeira, endividamento social, bolsa família.

### INTRODUÇÃO

A má gestão financeira na vida das pessoas parece ser uma prática que vem contribuindo com o agravamento de doenças que envolve o equilíbrio das emoções como por exemplo, a violência familiar levando, inclusive a situações drásticas como assassinatos e suicídios e, conseqüentemente o endividamento social. Essa é uma situação que vem afetando todas as classes sociais e, não escolhe cor, credo e idade.

As estatísticas revelam o elevado percentual de brasileiros que estão endividados. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), publicada em fevereiro de 2016, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNCBST), “o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros alcançou 57,8%”.

Pesquisa realizada no ano de 2013 para levantar a situação de endividamento social do Programa Bolsa Família (PBF), na cidade de Redenção no Ceará, revelou que boa parte das famílias beneficiárias apresentam dificuldade em gerenciar suas finanças e, recorrem a financiamentos que muitas vezes os levam a ficarem mais endividados.

Este estudo buscou entender a relevância da educação financeira para amenizar os problemas sociais relacionados ao endividamento social a partir da interação com as famílias

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração Pública e licenciado em pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), [lopesdionisio88@hotmail.com](mailto:lopesdionisio88@hotmail.com)

beneficiárias do Programa Bolsa Família, na cidade de Redenção, no Ceará e, fundamentalmente, entender a influência da educação financeira nas decisões econômicas dos beneficiários do PBF da cidade de Redenção analisando para esse fim seus modos de consumo, o acesso a linhas de crédito e sua utilização. Mesmo compreendendo que a questão do endividamento social um caso específico de beneficiários do PBF.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizado inicialmente o estudo e revisão bibliográfica sobre o tema seguido de entrevistas com famílias que tiveram experiências práticas, ou seja, beneficiárias do PBF na cidade de Redenção no Ceará, a qual se definiu uma amostra para aplicação de um instrumento de coleta de informações que nos guiasse ao alcance dos objetivos propostos.

A definição da amostra foi necessária tendo em vista não ser possível considerar em sua totalidade todas as famílias beneficiárias do PBF na cidade de Redenção que revelou um número total de 3.807 famílias cadastradas até fevereiro de 2016, conforme informações de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Vale dizer que não foi objetivo deste trabalho, considerar esse público como a principal causa do endividamento social, mas demonstrar através destes que as políticas públicas de desenvolvimento poderão contribuir para diminuir a situação de endividamento social quando vincula ações de orientação que visem o melhor uso de recursos financeiros na família.

Dessa forma foram utilizadas como fonte de informação 100 famílias durante os meses de junho e julho de 2016 onde aplicamos o questionário e, posteriormente, fizemos a compilação das informações em forma de dados e tabelas seguindo da análise dos mesmos, confrontando estas, com os objetivos propostos. As entrevistas, com os beneficiários do programa Bolsa Família foram realizadas no período de 20 de junho a 20 de julho de 2016, com beneficiários da área urbana e dos demais bairros e, em área rural nas seguintes localidades: Antônio Diogo, Itapai, Boa Fé e Otero.

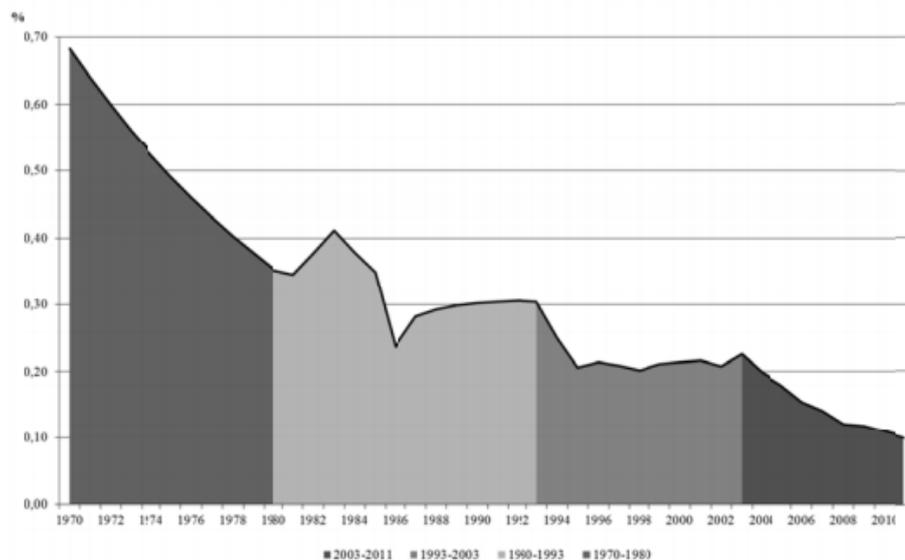
Os resultados mostraram que, a saúde financeira dos brasileiros perpassa por situações relacionadas ao exacerbado consumo e, parece não exercer dependência em relação a programas como o Bolsa Família, embora não se possa negar as possibilidades de acesso ao consumo de bens e serviços e ao crédito que programas desse tipo vem facilitando. Destaca a relevância do planejamento e o controle do orçamento doméstico como medida de não endividamento e ainda a educação financeira como saída.

**AS FACILIDADES DE CRÉDITO E A RELAÇÃO COM O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PBF: o planejamento e controle do orçamento doméstico como medida de não endividamento.**

A história do Brasil tem enraizadas as marcas da pobreza, no decorrer dos tempos, contudo, as políticas de desenvolvimento, em especial a política de microcrédito, parecem contribuir para diminuir com esse índice a cada ano, mesmo que esta assuma diferentes formas de desigualdade social.

Assim, verifica-se que a pobreza possui raízes históricas no país, que foi marcada pela desigualdade não só entre pessoas, mas também entre regiões. Conforme apresentado no gráfico a seguir, os índices de pobreza, vem apresentando diminuição progressiva no decorrer dos anos.

**Gráfico 01.** Índices de pobreza no Brasil (1970 – 2011) (%)



Fonte: Rocha (2013).

Observando o Gráfico 1 percebe-se uma queda constante nos índices de pobreza de 1970 a 1982, verificando-se uma elevação entre 1982 e 1984, tornando novamente a cair, todavia, se analisado por década, percebe-se que o índice apresentado no ano de 2011 foi o mais baixo da história.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) elucidam que uma das justificativas para os valores máximos atingidos na década de 1980 ocorreram devido à recessão sucedida no início desse período, chegando a ultrapassar a barreira de 50% no índice de pobreza no país, enquanto as quedas nos índices podem ser justificadas pelo impacto dos planos Cruzado e Real, quando a moeda brasileira começou a ser estabilizada.

De acordo com Rocha (2013) a década de 1980 “ficou conhecida como a década perdida em decorrência do baixo crescimento econômico”, afirmando que a delimitação temporal mais considerável na evolução da pobreza vai além da década de 1980. Apontando o ano de 1994 com a chegada do Real, o início de uma década para estabilização da moeda no país.

Os anos 2000 é marcado pelos programas assistenciais no país, uma série de programas foram sendo implantados no país, podendo-se perceber quedas significativas dos níveis de pobreza. (ROCHA, 2013).

Para que se tivesse noção das múltiplas dimensões da pobreza em um retrato histórico, apoiou-se na série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), destacando os índices de

expectativa de vida ao nascer, expectativa de anos de escolaridade, renda nacional bruta per capita e valor do Índice de Desenvolvimento Humano de 1980 a 2011, conforme demonstra o Quadro 1:

**Quadro. 1.** Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (1980 – 2011)

	Expectativa de vida no nascimento	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (PPP\$ 2005)	Valor do IDH
<b>1980</b>	62,5	14,1	2,6	7.306	0,549
<b>1985</b>	64,4	14,1	3,2	6.732	0,575
<b>1990</b>	66,3	14,1	3,8	6.978	0,600
<b>1995</b>	68,3	14,1	4,6	7.610	0,634
<b>2000</b>	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
<b>2005</b>	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
<b>2010</b>	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715
<b>2011</b>	73,5	13,8	7,2	10.162	0,718

Fonte: IDH (2012).

É possível notar claramente o crescimento do país em todos os setores, apresentando índices que cresceram constantemente no decorrer dos anos. Destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, de acordo com o PNUD (2011), ainda é significativamente baixo, pois quando se desconta a desigualdade do valor este índice cai para 0,519, o que mostra que o cidadão brasileiro médio teria quase 30% de risco de não conseguir alcançar o desenvolvimento humano potencial.

O universo desta pesquisa foi formado por beneficiários do Programa Bolsa Família da cidade de Redenção – CE, que possui o total de 5.889 famílias inscritas no Cadastro Único até dezembro de 2015. Para fins de amostra, fez-se a seleção de 100 famílias beneficiárias, sendo 60 residentes em área urbana e 40 em área rural. Os respondentes em sua maioria eram titulares do cartão Bolsa Família, somente 06 deles eram companheiros dos titulares.

Para coleta de informações realizamos inicialmente, a pesquisa de dados secundários, através da leitura e análise de livros, periódicos e pesquisas sobre o assunto e, posteriormente a coleta de dados com os sujeitos do PBF utilizando um instrumental semiestruturado que se encontra como apêndice deste documento. Vale destacar que, por se tratar da realização de pesquisa com sujeitos o estudo perpassou por todos os procedimentos relacionados ao Conselho de Ética em Pesquisa.

A análise dos dados levantados foi realizada utilizando a abordagem quantitativa e qualitativa, visto que foram quantificadas as respostas dadas pelos sujeitos desta pesquisa, utilizando o programa *Microsoft Excel* para tabulação dos dados e elaboração de tabelas e gráficos, além da interpretação destes. Dessa forma, não carrega apenas quantidade, mas a subjetividade expressa pela interpretação sociológica dos dados.

Vale ressaltar que uma das prerrogativas do estudo foi a garantia do sigilo a todos os participantes, não havendo nenhum constrangimento ou tratamento preconceituoso das pessoas que não se dispuseram a participar da mesma.

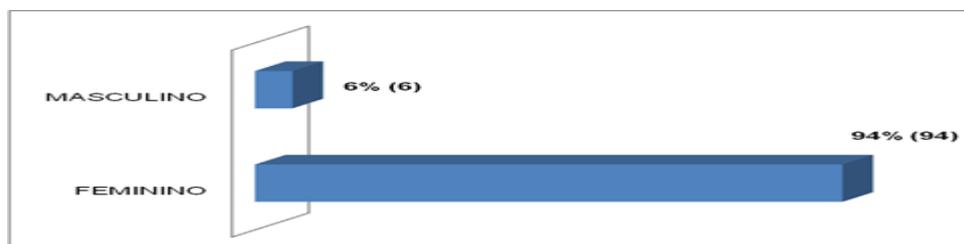
Das 100 famílias que participaram da pesquisa, 94% dos respondentes foram mulheres. Não se tratou de uma escolha do pesquisador, mas do fato que a maioria dos beneficiários do respectivo programa são do sexo feminino.

Os dados foram analisados de forma clara e seletiva para que os resultados fossem visíveis e objetivos. Os dados obtidos a partir do formulário de coleta de dados estão apresentados a seguir.

### **ANÁLISE SOBRE A “SAÚDE FINANCEIRA” DOS BENEFICIÁRIOS DO PBF NA CIDADE DE REDENÇÃO, CEARÁ.**

O endividamento social não é uma questão relacionada, unicamente à pobreza. Ele atinge as pessoas, independente da classe social. As pesquisas nacionais e até mundiais vêm mostrando que aparentemente, as mulheres são as mais afetadas e, a classe média está no *ranking*. Não foi foco deste trabalho, realizar a análise sobre essa situação no Brasil, mas, especificamente, entender como anda a “saúde financeira” dos beneficiários do PBF na cidade de Redenção no Ceará.

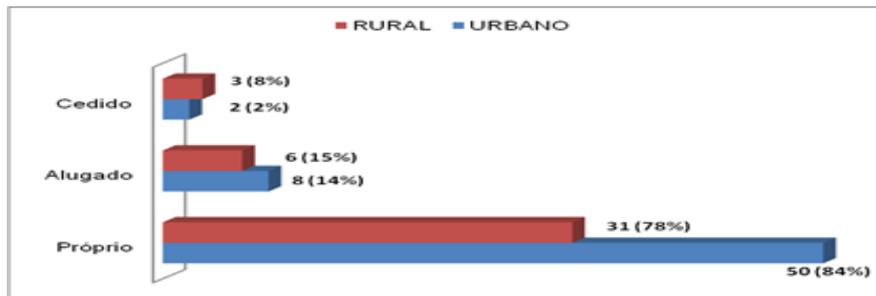
Nesta etapa descreve-se o perfil dos participantes desta pesquisa, destacando-se que todos os titulares do Bolsa Família que participaram desta pesquisa eram do sexo feminino, todavia, 6% dos respondentes eram homens, respondendo como companheiros das beneficiárias. De acordo com Nascimento (2016), as mulheres são as principais destinatárias do Bolsa Família, sendo escolhidas para representar a família no recebimento do benefício.



**Gráfico 02. Distribuição dos participantes por gênero**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

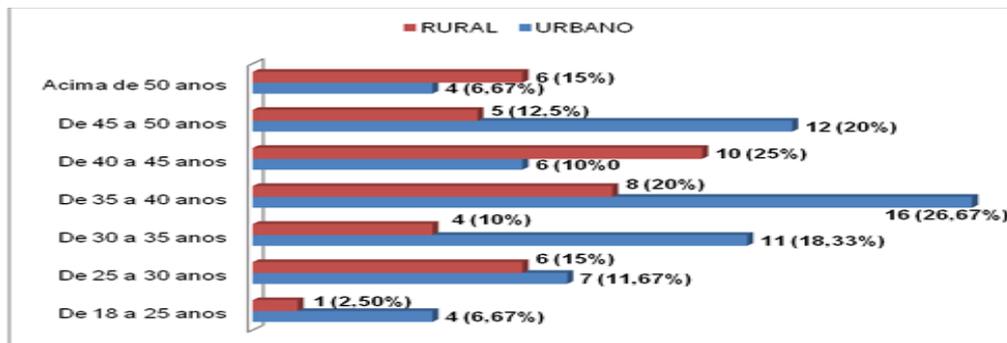
Conforme é possível verificar no Gráfico 03, a maior parte dos participantes desta pesquisa residem em domicílios próprios (84%) na área urbana e 78% na área rural, enquanto 8% da área urbana e 6% da área rural residem em domicílio alugado e 2% da área urbana e 8% da área rural residem em domicílios cedidos. Assim, verifica-se predominância de moradias próprias entre os participantes da pesquisa.



**Gráfico 03. Distribuição dos participantes por tipo de domicílio**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como demonstra o Gráfico, o público que participou desta pesquisa pode ser considerado como maduro, já que a maior parte possui acima de 35 anos. Mais especificamente, na área urbana verifica-se que 6,67% possui entre 18 e 25 anos, 11,67% possui entre 25 e 30 anos, 18,33% possui de 30 a 35 anos, 26,67% entre 35 e 40 anos, 20% de 45 a 50 anos e 6,67% possui acima de 50 anos. Por sua vez, entre os participantes da área rural 2,5% possui de 18 a 25 anos, 15% possui de 25 a 30 anos, 10% de 30 a 35 anos, 20% de 35 a 40 anos, 25% de 40 a 45 anos, 12,5% de 45 a 50 anos e 15% acima de 50 anos.



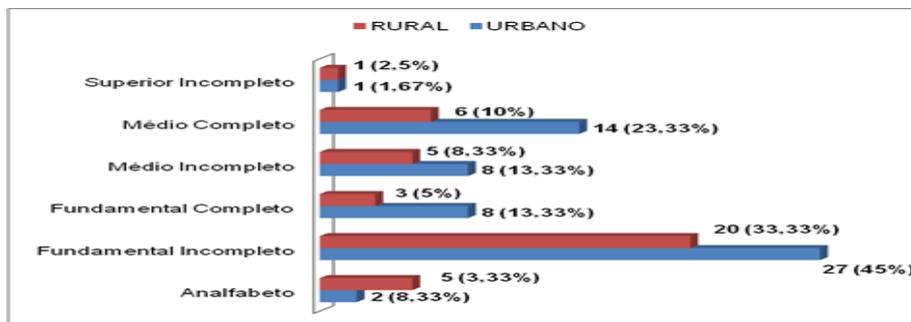
**Gráfico 04. Distribuição dos participantes por faixa etária**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Verificamos que a baixa escolaridade é predominante dentre os envolvidos na pesquisa. Observa-se neste gráfico em cima, tanto os de área urbana quanto rural possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto (45% e 33,33%, respectivamente), fator que é realidade de muitas famílias brasileiras que são beneficiárias do referido programa. Os demais participantes ficaram distribuídos em, considerando a posição dos percentuais em área urbana e área rural: 8,33% e 3,33% analfabetos; 13,33% e 5% fundamental completo; 13,33% e 8,33% médio incompleto; 23,33% e 10% médio completo e 1,67% e 2,5% superior incompleto.

Rabelo (2011) ressalta que a baixa escolaridade é comum entre beneficiários do Programa Bolsa Família, visto ser uma realidade das pessoas de baixa renda com idade mais avançada, já que por

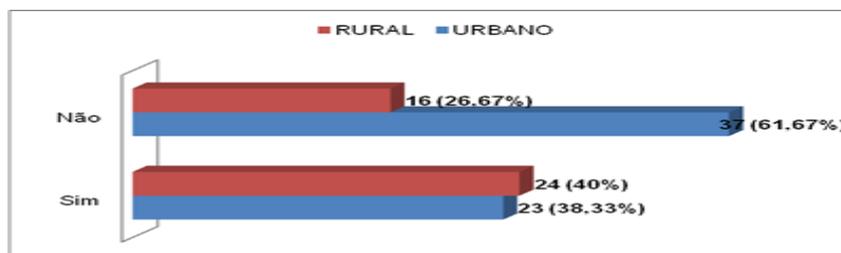
muito tempo ficaram excluídos e tiveram dificuldade para concluir seus estudos, por vezes, precisando abandonar os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família.



**Gráfico 05. Distribuição dos participantes por escolaridade**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Quando questionados sobre se estavam ou não trabalhando foi verificado que há um “equilíbrio” de respostas, conforme expostos no Gráfico:

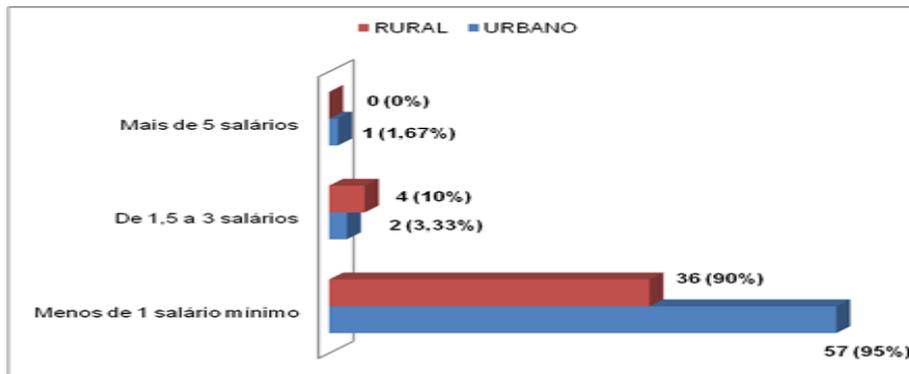


**Gráfico 06. Distribuição dos participantes por ocupação**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Percebemos que o maior índice de desemprego se encontra, principalmente na área urbana, que apresentou 61,67% dos que não trabalham, enquanto na área rural esse percentual foi de 26,67%. Ressalta-se que 38,33% dos participantes da área urbana e 40% da área rural estão trabalhando atualmente. Sendo que destes, 40% trabalham como domésticas, seguido de 29% que se intitulam como donas de casa. Já na parte rural, a maior parte é dona de casa com 38% de representação e 33% trabalha como doméstica. Ressalta-se que em percentuais menores também se encontram outras ocupações profissionais como de agricultora com 28% na área rural e 19% na área urbana.

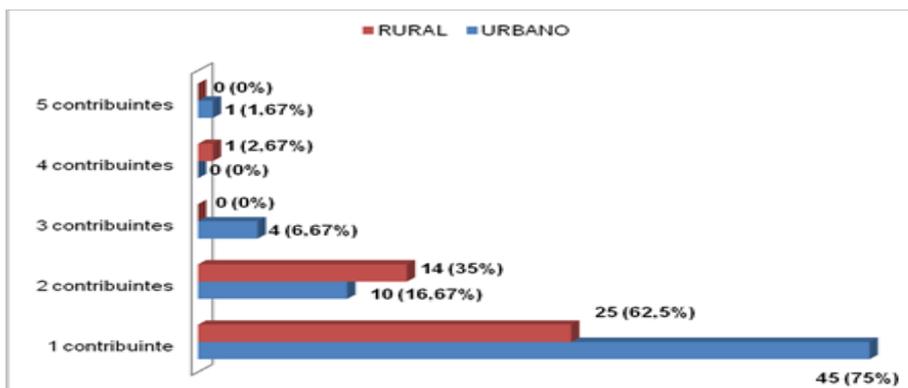
Para a maioria dos respondentes, a situação da renda familiar, número de filhos e consumo auxilia na verificação da “saúde” financeira das famílias, visto que são variáveis que influenciam diretamente no endividamento e no uso dos recursos que têm disponíveis.



**Gráfico 07. Distribuição dos participantes por renda familiar**

**Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)**

Iniciando a análise pela renda familiar, podemos verificar que das famílias pesquisadas: na área urbana, 95% das famílias recebem menos de 01 salário mínimo, enquanto 3,33% recebem de 1,5 a 3 salários mínimos por mês e 1,67% recebem mais de 05 salários mínimos. Já na área rural, 90% recebem menos de 01 salário mínimo e 10% recebem de 1,5 a 3 salários. Ratifica-se o estudo com famílias de baixa renda.



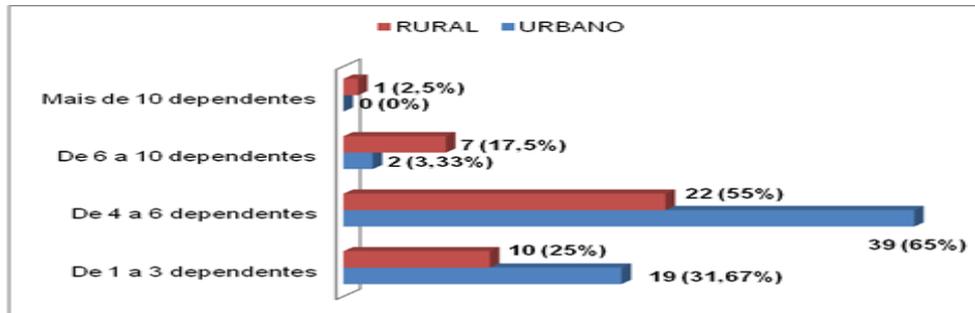
**Gráfico 08. Contribuição dos participantes na renda familiar**

**Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)**

Para ter melhor noção sobre a constituição da renda familiar foi perguntado aos participantes quantas pessoas contribuíam para a renda recebida por mês. Os resultados estão ilustrados no Gráfico:

De forma semelhante na área urbana e na área rural a renda familiar da maior parte dos beneficiários que participaram desta pesquisa possui apenas 01 (um) contribuinte, sendo 75% da área urbana e 62,5% na área rural. Nos demais participantes da área urbana 16,67% possui 2 pessoas que contribuem em sua renda familiar, 6,67% possui 3 contribuintes e 1,67% possui 5 contribuintes. Por sua

vez, na área rural 35% possui 2 contribuintes, 6,67% possui 3 contribuintes e 2,67% possui 4 contribuintes. Pode-se dizer que a maior parte das famílias, considerando área rural e urbana um percentual de 70%, possui um indivíduo atuando como arrimo, sendo responsável pela renda familiar.



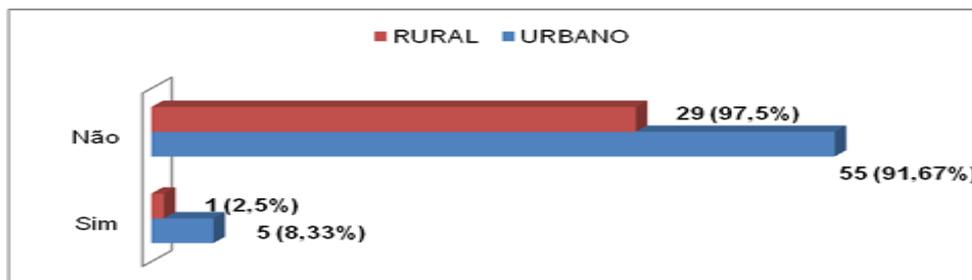
**Gráfico 09. Número de dependentes na renda familiar**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Além de conhecer o número de contribuintes, também foi buscado o número de dependentes que vivem a partir dessa renda mensal. Os resultados são apresentados no Gráfico:

Observa-se que na área urbana 31,67% dos participantes desta pesquisa possui de 1 a 3 dependentes na renda familiar, 65% possui 4 a 6 dependentes e 3,33% de 6 a 10 dependentes. Enquanto na área rural 25% possui de 1 a 3 dependentes, 55% de 4 a 6 dependentes, 17,5% de 6 a 10 dependentes e 2,5% mais de 10 dependentes. Considerando que a maior parte dos participantes da pesquisa possui menos de 1 salário mínimo como renda e um número alto de dependentes, é possível perceber que os recursos disponíveis são mínimos para conseguir arcar com todas as necessidades familiares.

Outro fator verificado em relação aos recursos recebidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa foi se recebiam auxílio de algum outro programa social do Governo. Os resultados demonstraram que 91,67% dos beneficiados da área urbana e 97,5% da área rural não recebem nenhum outro benefício, enquanto 8,33% da área urbana e 2,5% da área rural recebem outro benefício, conforme demonstra o Gráfico:



**Gráfico 10. Participação em outro programa do Governo**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Ressalta-se que os programas recebidos por parte dos participantes além do Programa Bolsa Família citados foram: Aposentadoria, Auxílio Moradia e Alimentação e Auxílio Social. Com o intuito de verificar a saúde financeira dos familiares, tendo em vista que existe um fluxo de entrada e saída de recursos mensalmente nas famílias, foram verificados os custos e despesas com alimentação, habitação, aluguel, manutenção do lar (limpeza, móveis, eletrodomésticos, consertos, etc.), transporte urbano, energia e água, transporte pessoal, higiene, saúde, educação e outros gastos.

Não foram indicados pelos participantes custos com habitação, todavia, 15% do total de participantes informaram ter custos mensais com aluguel. Ratifica-se que a maior parte dos participantes, 85% tanto da área urbana quanto da área rural, não possuem custo com aluguel. Entre os 15% restantes da área urbana, 2,33% possui custo de menos de R\$ 100,00 com aluguel por mês, 5% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 1,67% de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, 1,67% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 3,33% acima de R\$ 400,00. Por sua vez, os 15% da área rural estão distribuídos em: 2,5% possui custo de menos de R\$ 100,00; 5% de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 5% de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 2,5% acima de R\$ 400,00.

A pesquisa revela que 8,33% dos participantes de área urbana e 12,5% de área rural afirmam não possuir custos com manutenção do lar, todos os demais estimaram valor mensal com essa despesa. Na área urbana, 56,67% dos participantes e na rural 60%, gastam menos de R\$ 50,00 com manutenção de seus lares, enquanto 25% da urbana e 17,5% da rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. 8,33% da área urbana e 7,5% da área rural gastam de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 e 1,67% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00.

As despesas com vestuário também foram estimadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram deste estudo. Foi possível computar que 14,26,67% da área urbana e 6,67% da área rural afirmam não possuir despesas com vestuário. A maior parte tanto da área urbana (45%) quanto da área rural (36,67%) afirma gastar entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00. 11,67% da área urbana e 5% da área rural gastam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 com vestuário, 3,33% da área urbana e 6,67% da área rural gastam de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 e 5% da área urbana e 3,33% da área rural gastam mais de R\$ 500,00 com vestuário.

Em relação aos gastos com transporte urbano verificou-se que 70% dos beneficiários que participaram desta pesquisa afirmaram não possuir estes custos, sendo 78,33% da área urbana e 57,5% da área rural. 13,33% dos participantes da área urbana e 40% da área rural afirmam gastar menos de R\$ 50,00 com transporte urbano, enquanto 5% dos participantes da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com transporte urbano e 3,33% da área urbana afirmaram gastar de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 com esse serviço.

Em relação aos custos com energia e água, 5% dos participantes da pesquisa informaram não ter esses custos, sendo 6,67% da área urbana e 2,5% da área rural. Foi possível perceber que a maior

parte dos participantes desta pesquisa da área urbana (56,57%) e da área rural (57,5) pagam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 de energia por mês, enquanto 15% de cada área pagam menos de R\$ 50,00, 20% da área urbana e 10% da área rural pagam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, 8,33% e 2,5% de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 e 3,33% (urbano) e 2,5% (rural) pagam acima de R\$ 200,00 por mês.

Os custos mensais com transporte pessoal também foram verificados, sendo solicitado que os participantes estimassem os custos com combustível e manutenção de veículos. Segundo os respondentes, esse não é um gasto comum entre os beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram deste estudo, considerando que 82,5% dos participantes da área urbana e 63,33% da área rural afirmaram não ter custos com transporte pessoal. Entre os demais, 16,67% da área urbana e 12,5% da área rural afirmaram gastar menos de R\$ 50,00, 15% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com transporte pessoal, 3,33% da área urbana e 2,5% da área rural gastam de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 1,67% da área urbana acima de R\$ 150,00.

A pesquisa revelou que em relação aos gastos dos participantes com higiene poucos possuem custos com higiene, sendo 13,33% da área urbana e 10% da área rural. Dos que possuem custos com higiene, 13,33% da área urbana e 22,5% da área rural afirmam ser menos de R\$ 50,00, 50% da área urbana e 52,5% da área rural afirmam gastar de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por mês com higiene, 13,33% da área urbana e 12,5% da área rural afirmam gastar de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 10% da área urbana e 2,5% da rural afirmam gastar de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

Os custos mensais com saúde também foram verificados nesta pesquisa, que identificou que 45% dos participantes da área urbana e 31,67% da área rural não possuem gastos nesse setor. Dos participantes que afirmaram ter custos com saúde 31,67% da área urbana e 15% da área rural afirmam ser menos de R\$ 50,00, 18,33% da área urbana e 13,33% da área rural afirmam ser de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, 1,67% da área urbana e 1,67% da área rural de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e 1,67% da área urbana e 3,33% da área rural de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

Ainda verificando os gastos mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família foi solicitado que eles estimassem como eles estão empregando seus recursos na educação.

Com relação às despesas com educação, 12, 28,33% dos participantes da área urbana e 15% da área rural informaram não ter custos nesse setor. Dentre os que informaram ter custos com educação foi possível verificar que a maior parte da área urbana (43,33%) e da área rural (16,67%) gastam entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 por mês com educação, enquanto 13,33% (urbana) e 11,67% (rural) gastam menos de R\$ 50,00, 11,67% (urbana) e 15% (rural) de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, 10% (urbana) e 13,33% (rural) de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 e 1,67 (urbana) mais de R\$ 300,00 por mês em educação.

Finalizando a análise dos custos mensais dos participantes desta pesquisa foi pedido que eles estimassem quanto precisavam por mês para outros gastos que não os já citados. Poucos

participantes possuem outras despesas, visto que a maioria (95% urbano e 92,5% rural) afirmam não ter esses custos. Dos que afirmam possuir esses custos 7,5% da área rural dizem ser menos de R\$ 50,00, 1,67% da área urbana gasta de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 e 1,67% também da área urbana gasta de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, devendo-se destacar que esses gastos não foram especificados pelos participantes.

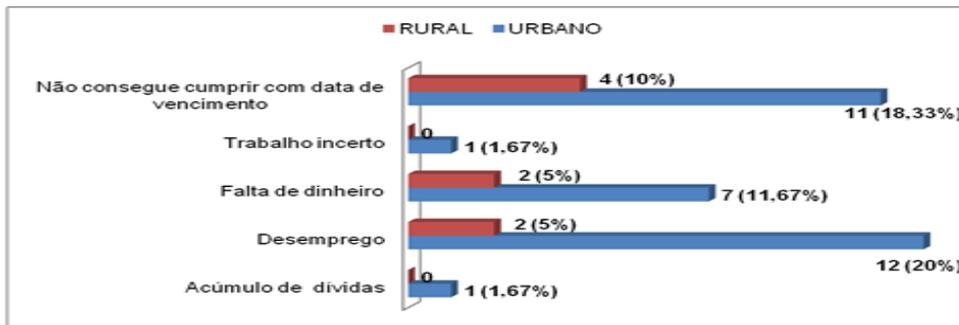
A partir do conhecimento da renda familiar e dos gastos mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família foi perguntado se sobrava dinheiro ao final do mês. Dos respondentes, 97,5% da área urbana e 90% da área rural afirmaram não sobrar dinheiro ao final do mês, 2,5% da área rural informou sobrar dinheiro, todavia não informou o que fazia com o dinheiro que sobrava, enquanto 10% afirmou depender do mês, com 1 indivíduo justificando fazer investimento com o valor que sobra.

Ressaltamos que conforme informado pelos participantes da pesquisa, por vezes as famílias possuem mais de um beneficiário do Programa Bolsa Família. No caso das famílias respondentes em média 60% possuem 02 (dois) beneficiários; 25% em média 01 beneficiários e mais ou menos 5% da possuem até três e 04 beneficiários e um percentual de 10% chega a possuir até 05 beneficiários do Programa.

Quando questionados sobre a aplicação dos recursos do Programa Bolsa Família, a maioria revelou que utiliza para as despesas com as crianças ou para as despesas com alimentação. Contudo, entram nessa linha outros gastos relacionados, mas que a maioria dos benefícios embora relacionados para as crianças, chega a beneficiar toda a família.

Para analisar a “saúde” financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa foi verificado os fatores que envolvem o endividamento desse público, iniciando com a verificação de ocorrência de dívidas de acordo com a modalidade de pagamento: crediário, empréstimo e cartão.

Como podemos perceber a maior parte dos participantes tanto da área urbana (63,33%) quanto da área rural (75%) possuem endividamento com crediário, enquanto 36,67% da zona urbana e 25% da zona rural não possuem esse tipo de endividamento. O endividamento por empréstimos bancários é menos representativo entre os participantes desta pesquisa, com 30% da área urbana e 25% da área rural com esse tipo de dívida e 70% da área urbana e 75% da área rural que negam ter esses empréstimos. A dívida com cartão de crédito apontou 51,67% dos participantes afirmando ter dívidas com cartão de crédito e 48,33% afirmando não ter esse tipo de dívida. Já na área rural, 62,5% afirma ter dívidas com cartão, enquanto 37,5% afirmam não ter.



**Gráfico 11. Motivação para atrasar situação financeira dos beneficiários**

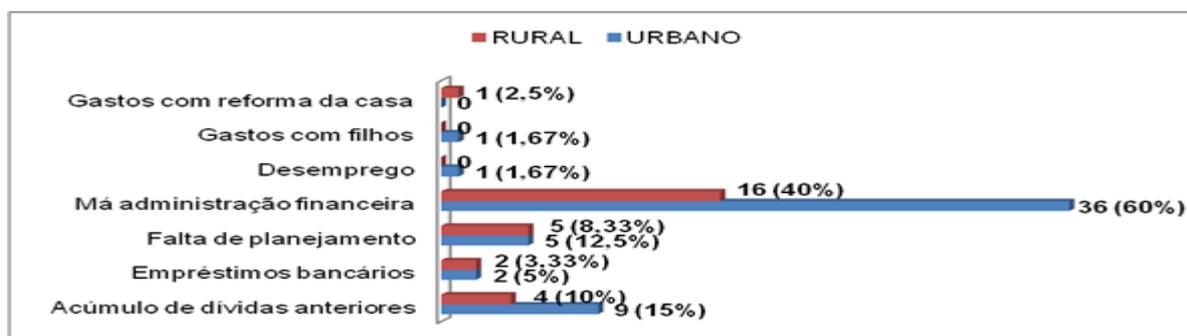
Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Questionados sobre a situação da quitação das dívidas, boa parte dos participantes afirma não está com as dívidas em dias, tanto da área urbana (53,33%) quanto da área rural (60%), enquanto 31,67% da área urbana afirma ter suas dívidas em dias, assim como 30% da área rural.

Conforme é possível observar no Gráfico, que a maior parte dos participantes endividados da área urbana justifica com o desemprego (20%), seguido daqueles que afirmam que não conseguem cumprir com a data de vencimento do cartão (18,33%), a falta de dinheiro é destacada por 11,67% dos participantes e o trabalho incerto (1,67%) e o acúmulo de dívidas (1,67%) também são citados por eles. Já na área urbana, a maior parte afirma não conseguir cumprir as datas de vencimento das dívidas (10%), seguido daqueles que justificam com desemprego (5%) e por falta de dinheiro (5%).

Segundo informações coletadas, metade dos indivíduos que estão endividados da área urbana (50%) devem até R\$ 500,00, enquanto na área rural 27,5% devem esse valor. 25% da área urbana devem de R\$ 500,00 a R\$ 1000,00, 30% da área rural devem esse mesmo valor. Os demais valores se apresentam com menor percentual: de R\$ 1000,00 a R\$ 1.500,00 (3,33% na área urbana e 2,5% na área rural), de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 (5% área urbana e 5% área rural); R\$ 3.000,00 (1,67% área urbana) e R\$ 4.000,00 (6,67% área urbana e 2,5% área rural).

Ainda investigando a “saúde” financeira foi pedido que os participantes informassem os motivos que os levaram ao endividamento, o resultado é ilustrado no Gráfico:



## Gráfico 12. Situação de endividamento

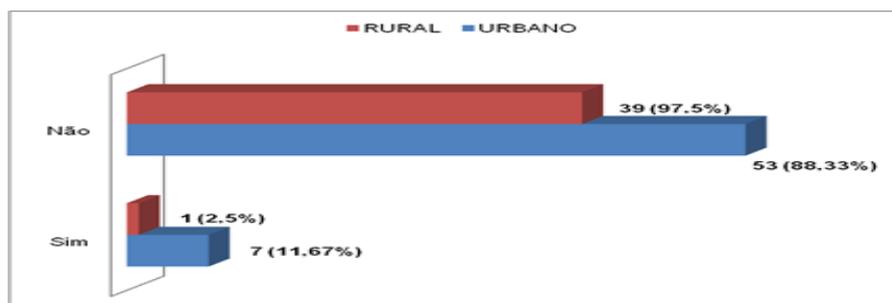
**Fonte:** Dados primários da pesquisa (2016)

A má administração financeira foi o principal motivo apontado pelos participantes, tanto da zona urbana (60%) quanto da zona rural (40%), assim para eles não saber como aplicar o salário que recebem é o principal motivo para estarem em situação de dívida. Também foram apontadas outras motivações como: gastos a reforma da casa (2,5% - área rural), gastos com filhos (1,67% - área urbana), desemprego (1,67% - área urbana), falta de planejamento (12,5% - área urbana e 8,33% - área rural), empréstimos bancários (5% - área urbana e 3,33% - área rural) e acúmulo de dívidas (15% - área urbana e 10% - área rural).

A partir do conhecimento da “saúde” financeira dos participantes da pesquisa buscou-se saber as estratégias que eles utilizam para resolver seus problemas com dívidas, como é possível observar que, a maior parte dos participantes tanto da área urbana (48,33%) quanto da área rural (40%) afirmam recorrer a familiares para solucionar seus problemas, enquanto 21,67% da área urbana e 7,5% da área rural afirmam recorrer a agiotas, 15% da área urbana e 15% da área rural afirmam recorrer a outras formas como fazer “bicos”, ou seja, fazer trabalho extra, e 5% da área urbana e 10% da área rural afirmam recorrer aos bancos.

Os trabalhos extras, conhecidos como “bico” são procurados pela maior parte dos participantes que recorrem a outras formas, sendo 15% na área urbana e 10% na área rural. Dentre as outras formas citadas pelos participantes da área urbana se tem o pagamento devagar das dívidas (1,67%), recorrer ao chefe (1,67%) e nenhuma forma utilizada (1,67%). A partir da análise da “saúde” financeira dos participantes desta pesquisa fica clara a necessidade de educação financeira, sendo verificado o assunto em sua percepção no tópico a seguir.

Para verificar a percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa sobre educação financeira foi inicialmente perguntado se eles receberam algum curso para orientá-los na utilização dos recursos do programa. O resultado está ilustrado a seguir:

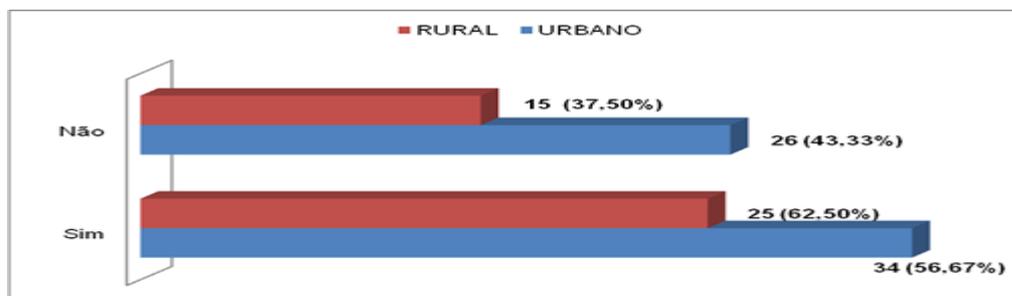


## Gráfico 13. Participação em curso de orientação financeira

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

Como podemos verificar no Gráfico, grande parte dos participantes não tiveram acesso a cursos de educação financeira, 88,33% da área urbana e 97,5% da área rural, sendo informado por esses participantes o desconhecimento da existência de um curso como esse, que não havia sido informado ou oferecido pelo Município e também que não buscaram informações sobre o assunto. Dentre os que fizeram o curso, 11,67% da área urbana e 2,5% da área rural, 11,67% informou ter feito o curso “Por uma vida melhor: educação financeira sem fronteira”. O referido curso é composto por oficinas a serem realizadas pelos beneficiários, cada uma com carga horária de 20h, totalizando 80h, oferecidas nos quatro municípios do Maciço de Baturité: Acarape, Aracoiaba, Barreira e Redenção. Importante mencionar que se trata de uma iniciativa é da Coordenação de Extensão e Ações Comunitárias, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Unilab.

Em seguida foi perguntado se os participantes desejavam fazer um curso voltado para a orientação de uso dos recursos do Programa Bolsa Família, verificando-se que 56,67% da área urbana e 62,50% da área rural afirmam ter vontade de fazer um curso desse tipo, enquanto 43,33% da área urbana e 37,50% da área rural afirmam não ter vontade, como demonstra o Gráfico:



**Gráfico 14. Realização de curso de orientação financeira**

Fonte: Dados primários da pesquisa (2016)

A administração financeira é a mais buscada pelos participantes da pesquisa tanto da área urbana (26,67%) quanto pela área rural (42,50%). A educação financeira é citada por 13,33% da área urbana e 5% da área rural, 2,5% da área rural citam também um curso de finanças pessoais e 16,67% da área urbana e 12,5% da área rural mencionam um curso de planejamento familiar.

Diante do estudo foi possível verificar que os participantes desta pesquisa possuem dificuldade de utilizar os recursos que recebem do Programa Bolsa Família, estando com sua “saúde” financeira prejudicada, com pouco acesso a curso de orientação na área, as pessoas desejam se capacitar para controlar suas próprias finanças.

O superendividamento ainda é bastante preocupante, poucos possuem conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças e tornar seu orçamento pessoal capaz de arcar com os pagamentos obrigatórios, os gastos variáveis, e ainda, poupar parte de sua renda. Pelo contrário, fazendo

muitas vezes empréstimos para pagar outras dívidas em atraso, ocorrendo o que é comumente chamada “bola de neve”. As dívidas se acumulam e fica cada vez mais difícil a organização financeira.

Durante a pesquisa foi possível compreender que a educação financeira pode contribuir para diminuir o endividamento social no Brasil, trazendo conhecimento aos indivíduos de como administrar seus recursos, reduzindo gastos que podem ser considerados desnecessários, tendo em vista que o consumismo é um dos maiores vilões dessa problemática.

Dentre os resultados encontrados nesta pesquisa destaca-se as despesas mensais dos beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram desta pesquisa, como alimentação, higiene, educação, energia e água, chamando atenção o fato de a maior parte dos beneficiários tanto da área urbana quanto da área rural afirmarem ter custos com vestuário de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 por mês, visto que muitos não possuem renda ou recebem cerca de 1 salário mínimo, com esse gasto representando cerca de 20% do valor recebido mensalmente.

Foi possível identificar que quando as famílias enfrentam endividamento recorrem aos seus familiares para conseguir crédito, sendo relatada também a busca por empréstimos bancários e com agiotas, encontrando nesses meios a solução, mesmo que parcial, para seus problemas financeiros.

Entre os beneficiários que participaram desta pesquisa poucos foram os que tiveram acesso ao curso de Educação Financeira, sendo possível afirmar que esta não tem qualquer influência nas decisões econômicas dos beneficiários do PBF da cidade de Redenção, visto que nem mesmo possuem conhecimento sobre o assunto.

Nesse contexto, ao final do estudo foi possível verificar a problemática do endividamento das famílias que recebem benefício do Programa Bolsa Família, sendo verificada neste estudo a necessidade de educação financeira a esse público, considerando que o principal motivo de endividamento foi a má administração financeira, sendo os recursos aplicados de forma errada, prejudicando a saúde financeira dessas famílias. Constata-se que foi possível alcançar os objetivos traçados, bem como responder o problema levantado nesta monografia, chegando-se à conclusão de que a educação financeira é fundamental para o equilíbrio do orçamento doméstico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A saúde financeira dos beneficiários do programa bolsa família no município de Redenção ainda é bastante preocupante e, poucos possuem conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças e tornar seu orçamento pessoal capaz de arcar com os pagamentos obrigatórios, os gastos variáveis, e ainda, poupar parte de sua renda. Pelo contrário, fazendo muitas vezes empréstimos para pagar outras dívidas em atraso, ocorrendo o que é comumente chamado de “bola de neve”. As dívidas se acumulam e ficam cada vez mais difícil a organização financeira

Em consequência da má administração financeira foi verificada como principal motivo registrado pelos participantes desta pesquisa, tanto da zona urbana quanto da zona rural, que eles não sabem como aplicar o benefício que recebem, sendo está a principal causa para estarem em situação de dívidas. Por um lado, foram verificados os fatores que envolvem o endividamento desse público, iniciando com a análise de ocorrência de dívidas de acordo com a modalidade de pagamento: crediário, empréstimo e cartão. Vale ressaltar que os beneficiários do programa bolsa família de município de Redenção, aparentemente, com a maioria dos consumidores e consumidoras não realizam o acompanhamento do orçamento familiar, não observa como o seu benefício está sendo investido, não seguem suas despesas passo a passo e, inevitavelmente acabam gastando além do que deveriam ou poderiam.

Diante dos fatos demonstrados pelos resultados deste trabalho, a educação financeira parece exercer relevância na sociedade e na vida de cada indivíduo em particular, visto que pode influenciar diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. Ensinar a cada cidadão uma (re)educação financeira se revela na possibilidade de esforço para acrescentar em sua bagagem de vida, noções benéficas, dicas aplicáveis e instrumentos práticas para lidar melhor com o dinheiro, conseguindo extrair de suas verdadeiras possibilidades financeiras um melhor padrão de qualidade de vida, não só para si e seus familiares, como é evidente, mas também para a sociedade. Contudo, apesar de a educação financeira ter muito relevância na educação familiar, não se deve coloca-la como objetivo primordial de vida.

O estudo trouxe contribuições importantes, podendo ser utilizado como fonte de pesquisa em instituições de ensino e por outros pesquisadores. Acredita-se que os resultados podem também contribuir para elaboração de políticas públicas voltadas para a educação financeira de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, e assim o surgimento de novos estudos.

Vale destacar a importância do desenvolvimento desta pesquisa para o aprendizado e enriquecimento cultural do autor deste trabalho, que pode perceber de perto os desafios enfrentados pelos beneficiários do Programa Bolsa Família para aplicar os recursos recebidos, convivendo com o superendividamento e tendo desconhecimento de aplicá-los da melhor forma possível, identificando a educação financeira como fator primordial nesse processo.

Por fim, entendendo que a pesquisa não teve abrangência ampla, o estudo poderá ser realizado com outros municípios ou a uma amostragem maior, para que possa ser feitas comparações de resultados e se tenham cada vez mais informações que apresentem a realidade local e, se possa ter parâmetros reais em relação ao número de beneficiários diretos e a relação com o endividamento social

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de Barros; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família. **O Social em Questão** - Ano XIX - nº 35 – 2016.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **A Importância do Bolsa Família para a Dinâmica Econômica dos Municípios Cearenses**. 2013. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/enfoque/EnfoqueEconomicoN86\\_01\\_11\\_2013.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/enfoque/EnfoqueEconomicoN86_01_11_2013.pdf) Acesso em: set./2016.

PÁDUA, Martins. IDF do Ceará é o maior do Norte e Nordeste e supera média geral do Brasil em 2012. **Governo do Estado do Ceará**, 2013. Disponível em: <http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8402-idf-do-ceara-e-o-maior-do-norte-e-nordeste-e-supera-media-geral-do-brasil-em-2012> Acesso em: set./2016.

Por uma vida melhor: **Educação Financeira Sem Fronteiras, 2013**. (projeto de pesquisa). Disponível: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/08/30/iniciativas-são-aprovadas-em-programa-de-extensão-do-mec/>. Acesso: 01/01/2013.

RABELO, M. M.. **O Programa Bolsa Família e o Cadastro Único em Porto Alegre**:

institucionalidade e perfil dos beneficiários. Porto Alegre: FEE, 2011. (Texto para Discussão, n. 93).

ROCHA, Ângela da; ROCHA, Everaldo. Paradigma interpretativo nos estudos de consumo: retrospectiva, reflexões e uma agenda de pesquisas para o Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n.1, jan/mar. 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Segundo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Redenção – CE.